Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

THIAGO DO AMARAL SANTOS

Responsabilidade civil das credenciadoras pelo risco da atividade:
a prevenção de danos pelo *chargeback*

Doutorado em Direito

São Paulo

2024

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

THIAGO DO AMARAL SANTOS

Responsabilidade civil das credenciadoras pelo risco da atividade:
a prevenção de danos pelo *chargeback*

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em Direito, na subárea Direito Comercial, na linha de pesquisa Efetividade do Direito Privado e Liberdades Civas, sob a orientação do Prof. Dr. Marcelo Barbosa Sacramone.

São Paulo

2024

RESUMO

Esta tese tem a finalidade de investigar a responsabilidade civil das credenciadoras pelo risco da atividade, em razão da aplicação do *chargeback*, isto é, se lhes é lícito deixar de realizar o repasse dos recursos aos estabelecimentos comerciais que contratam seus serviços, se constatada a fraude na realização das transações com cartão. Para tanto, aborda a atividade de cartão, especificamente quando organizada como um arranjo de pagamento aberto integrante do Sistema de Pagamentos Brasileiro, do qual participam as instituições de pagamento emissora de cartão de crédito e credenciadora. A pesquisa aborda os aspectos jurídicos e operacionais da atividade, segundo a legislação e a regulamentação vigentes, além de analisar os instrumentos contratuais usados pelos agentes que participam da atividade, com a finalidade de averiguar as cláusulas utilizadas para alocação de riscos e no procedimento de *chargeback*. Ato contínuo, o estudo investiga a responsabilidade civil objetiva pelo risco da atividade, na forma prevista no art. 927, parágrafo único, do Código Civil, com especial enfoque na teoria do risco e nos principais princípios e critérios utilizados pela doutrina para se interpretar e aplicar a responsabilidade. Por meio da pesquisa jurisprudencial, identifica os principais fundamentos utilizados em relação à responsabilidade das credenciadoras. Em seguida, expõe sobre as funções da responsabilidade civil, no intuito de demonstrar que as credenciadoras, ao utilizarem o procedimento de disputa decorrente do *chargeback*, podem cumprir os fins propagados pela função preventiva. A presente tese conclui que o *chargeback* consiste em procedimento eficiente para prevenir danos que podem ser causados aos usuários dos serviços de pagamento (portadores de cartão e estabelecimentos comerciais) em razão de fraudes praticadas pelos próprios usuários ou terceiros na realização de transações com cartão.

Palavras-chave: cartão de crédito; credenciadora; responsabilidade civil pelo risco da atividade; prevenção de danos; *chargeback*.

ABSTRACT

The purpose of this thesis is to investigate the civil liability of acquirers for the risk of the activity, due to the application of chargebacks, i.e. whether they are allowed to stop transferring funds to the merchants that have contracted their services, if fraud is found in card transactions. To this end, it looks at card activity, specifically when it is organized as an open payment arrangement that is part of the Brazilian Payment System, in which payment institutions that issue credit cards and acquirer. The research addresses the legal and operational aspects of the activity, according to current legislation and regulations in effect in Brazil, as well as analyzing the contractual instruments used by the agents participating in the activity, with the aim of ascertaining the clauses used to allocate risks and in the chargeback procedure. The study then investigates objective civil liability for the risk of the activity, as provided for in article 927, sole paragraph, of the Brazilian Civil Code, with a special focus on the theory of risk and the main principles and criteria used by the Brazilian doctrine to interpret and apply liability. Through case law research, it identifies the main grounds used in relation to the liability of acquirers. It then discusses the functions of civil liability, with the aim of demonstrating that, by using the procedure resulting from the chargeback, acquirers can fulfill the purposes propagated by the preventive function. This thesis concludes that the chargeback is an efficient procedure for preventing damage that can be caused to users of payment services (cardholders and merchants) as a result of fraud practiced by the users themselves or third parties when carrying out card transactions.

Keywords: credit card; acquirer; civil liability for the risk of the activity; damage prevention

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	ATIVIDADE DE CARTÃO	22
2.1	<i>Chargeback</i> : descrição geral	22
2.2	Breve análise histórica	24
2.2.1	Intervenção do CADE 26	
2.3	Dados estatísticos: análise do mercado e das fraudes na realização das transações	28
3	ASPECTOS JURÍDICOS	31
3.1	Conceito de cartão	31
3.2	Natureza jurídica contratual	34
3.2.1	Arranjo de pagamento aberto sob a perspectiva da rede contratual	38
4	ARRANJO DE PAGAMENTO E SEUS PARTICIPANTES	41
4.1	Considerações iniciais	41
4.2	Arranjo de pagamento	43
4.2.1	Arranjos integrantes do SPB	45
4.2.2	Arranjos de compra	45
4.2.3	Arranjos de conta de pagamento pós-paga (cartão de crédito)	46
4.2.4	Arranjos domésticos	47
4.3	Instituidor do arranjo de pagamento	48
4.4	Participantes do arranjo de pagamento aberto	49
4.4.1	Instituição de pagamento	51
4.4.1.1	Emissor de cartão de crédito	52
4.4.1.2	Credenciadora	53
4.4.2	Subcredenciador	54
4.5	Usuários finais: portador e estabelecimento comercial	55
4.5.1	Inexistência de relação de consumo entre a credenciadora e o estabelecimento comercial	56

5	ASPECTOS OPERACIONAIS	60
5.1	Fluxo de processamento das transações	60
5.2	Aperfeiçoamento tecnológico para coibir fraudes	65
5.3	Estrutura tarifária no arranjo de pagamento aberto	68
5.3.1	Mercado de dois lados (M2L)	68
5.3.2	Estrutura das tarifas e da remuneração	70
6	ALOCAÇÃO E GERENCIAMENTO DE RISCOS	74
6.1	Riscos e regulação	75
6.2	Alocação contratual de riscos	81
6.2.1	Alocação de riscos no regulamento dos arranjos de pagamento	81
6.2.2	Alocação de riscos no contrato de emissão de cartão de crédito	85
6.2.3	Alocação de riscos no contrato de credenciamento	87
7	<i>CHARGEBACK</i> : PROCEDIMENTO DE DISPUTA NOS ARRANJOS DE CARTÃO DE CRÉDITO	92
7.1	<i>Chargeback</i> : definição	92
7.2	Procedimento de <i>chargeback</i>	95
7.3	<i>Chargeback</i> no regulamento dos arranjos de pagamento	96
7.4	Contrato de emissão de cartão de crédito: contestação da transação pelo portador	99
7.5	Contrato de credenciamento: condições para aplicação do <i>chargeback</i>	100
7.6	<i>Chargeback</i> como procedimento necessário para a atividade de cartão	103
8	RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA	107
8.1	Considerações sobre a culpa e o nexo de causalidade	108
8.1.1	Considerações sobre a culpa	109
8.1.2	Considerações sobre o nexo de causalidade	110
8.2	Construção da teoria objetiva	112
8.2.1	Teoria subjetiva da responsabilidade civil	113
8.2.2	Surgimento da teoria do risco	114
8.2.3	Responsabilidade objetiva no Código Civil	119
8.2.4	Responsabilidade civil na legislação especial e na Constituição Federal	120
8.3	Perspectiva constitucional da responsabilidade civil	122

9	RESPONSABILIDADE CIVIL DAS CREDENCIADORAS PELO RISCO DA ATIVIDADE	126
9.1	Perspectiva da sociologia	128
9.2	Cláusula geral de risco da atividade	133
9.2.1	Sistema de cláusulas gerais	134
9.2.2	Princípios da equidade e da solidariedade	136
9.2.3	Exposição do perigo	140
9.3	Conceito jurídico de risco	142
9.3.1	Parâmetros para mensuração dos riscos	147
9.4	Teoria do risco	150
9.4.1	Modalidades de risco	151
9.5	Risco da atividade exercida pelas credenciadoras	158
9.5.1	Críticas à utilização do risco proveito	157
9.5.2	Ausência denexo de causalidade	158
9.5.3	Ausência de evolução do risco criado	161
9.5.4	Aplicação equivocada do risco integral	167
10	PREVENÇÃO DE DANOS PELO <i>CHARGEBACK</i>	170
10.1	Funções da responsabilidade civil	171
10.1.1	Função reparatória-compensatória	172
10.1.2	Função punitiva-pedagógica	173
10.1.3	Função preventiva	176
10.2	Efetividade da tutela inibitória <i>ex ante</i>	180
10.2.1	Efetividade sob a perspectiva da análise econômica do direito	180
10.2.2	Efetividade em razão da regulação aplicável	187
10.3	<i>Standards</i> de prevenção	190
10.4	<i>Chargeback</i> como procedimento eficiente para prevenção de danos	193
11	CONCLUSÃO	197
	REFERÊNCIAS	201

1 INTRODUÇÃO

A teoria do risco surgiu quando se verificou o crescimento quantitativo e qualitativo dos danos decorrentes das atividades exercidas pelos agentes. Por ela, o elemento da culpa deixou de ser o único critério de imputação da responsabilidade civil, bastando que as vítimas demonstrem o dano causado, e o nexo de causalidade entre a atividade exercida pelo agente e o dano.

O art. 927, parágrafo único, do CC/2002, consiste em cláusula geral que depende da adoção de critérios valorativos para se aplicar a responsabilidade do agente no caso concreto. Para essa finalidade, foram concebidas diferentes modalidades de risco: princípios são aplicados para assegurar a proteção dos lesados e teorias foram criadas para manter um equilíbrio entre os interesses dos envolvidos.

Desde a elaboração da teoria do risco, os riscos se tornaram mais complexos por conta do avanço tecnológico. Os agentes, por sua vez, não conseguem adotar as medidas preventivas necessárias para controlar e mitigar os danos na mesma velocidade. Diante disso, surge a necessidade de se refletir sobre os critérios valorativos para preencher a cláusula geral de responsabilidade pelo risco da atividade, e para seu necessário balanceamento, por meio da aplicação e da interpretação mais adequadas de acordo com os riscos próprios de cada atividade.

Como exemplo típico, menciona-se as credenciadoras, cuja responsabilidade depende da exata compreensão das atividades exercidas e dos riscos assumidos em razão destas atividades. Isso porque, a operação de cartão se organiza por uma rede de contratos em que atuam outros agentes; cada um deles exerce atividades específicas e assume riscos próprios inerentes às suas atividades.

As credenciadoras habilitam lojistas (estabelecimentos comerciais) para receber pagamentos com cartão (transações) em razão das vendas realizadas aos seus clientes (portadores); sua atividade é limitada aos serviços de tecnologia para capturar as transações com cartão e à intermediação financeira (repasse de recursos). Por consequência, os riscos decorrentes de fraudes realizadas por terceiros, além de consistirem em eventos totalmente aleatórios à sua atividade, não podem ser geridos e mitigados considerando os recursos tecnológicos disponíveis.

Nesse contexto, surge o problema a ser investigado nesta tese: a responsabilidade civil das credenciadoras pelo risco da atividade em razão da aplicação do *chargeback*.

O *chargeback*, em linhas gerais, é um procedimento de disputa, iniciado pela contestação de uma compra pelo portador do cartão. Nesse caso, será apurada a regularidade de uma transação, seja em razão de vícios no negócio que deram origem à transação, seja por conta de fraude praticada por algum dos usuários dos serviços de pagamento (estabelecimentos comerciais e portadores), ou por terceiros que, indevidamente, utilizaram o cartão.

A discussão sobre a responsabilidade das credenciadoras decorre da possibilidade de se aplicar cláusulas que estipulam as condições relacionadas ao *chargeback* perante os estabelecimentos comerciais habilitados a aceitar pagamentos com cartão; pois, se reconhecido que eles praticaram a fraude ou deixaram de adotar as cautelas necessárias para que terceiros a praticassem, deixarão de receber o repasse do valor respectivo.

A relevância do estudo sobre as credenciadoras decorre da incerteza sobre a extensão de sua responsabilidade e dos riscos os quais pode assumir, por se tratar de atividade que não é compreendida corretamente. A opção pelo estudo do tema também foi motivada pela oportunidade de se analisar toda a atividade de cartão, considerando a complexidade das questões envolvidas. Nesse aspecto, destaca-se a inexistência de literatura sobre o *chargeback* e, ainda, a pouca bibliográfica sobre a atividade de cartão, segundo a legislação e a regulamentação vigentes.

O mercado ostenta substancial volume financeiro (em 2002, o valor total transacionado foi de R\$ 3,31 trilhões – R\$ 2,1 trilhões apenas com cartão de crédito), demonstrando ser um dos meios de pagamento mais utilizados pelos consumidores e pelo varejo; eis a razão pela qual esta pesquisa ostenta interesse econômico e social.

O problema de pesquisa desta tese depende da análise prévia da atividade de cartão e do procedimento de *chargeback*, mediante o estudo da doutrina disponível; da Lei n. 12.865/2013; das Resoluções do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil (BCB); e dos instrumentos contratuais utilizados pelos agentes atuantes nessa atividade. Imprescindível, ainda, a investigação preliminar sobre temas relacionados à teoria do risco e a responsabilidade pelo risco da atividade, incluindo doutrina pátria e estrangeira, além da jurisprudência. Ato contínuo, a ideia é oferecer sugestões sobre como deve ser tratada a responsabilidade civil das credenciadoras em razão da aplicação do *chargeback*.

Diante dos vários temas relacionados ao objeto da pesquisa, surgem questões gerais e específicas. Quanto à atividade de cartão: No que consiste a

atividade da credenciadora e quais os riscos decorrentes dessa atividade? Qual tratamento deve ser dado ao *chargeback* no âmbito da atividade de cartão? No que tange à teoria do risco: Quais os principais fundamentos se aplicam para a responsabilidade pelo risco da atividade? Quais os critérios utilizados hoje para assegurar o equilíbrio entre os agentes e as vítimas? Como estes fundamentos e critérios são aplicados nas hipóteses de responsabilidade das credenciadoras em relação ao *chargeback*? A partir dessas indagações, pretende-se buscar soluções aos seguintes problemas: É possível às credenciadoras gerir e mitigar os riscos decorrentes de sua atividade? Em caso negativo, quais medidas podem ser adotadas para prevenir os danos causados?

Com o propósito de responder às indagações específicas e encontrar as soluções aos problemas levantados, a tese está estruturada em 11 capítulos, os quais incluem a Introdução (Capítulo 1) e a Conclusão (Capítulo 11). Inicia-se pela análise da atividade de cartão e, posteriormente, prossegue-se com os aspectos relacionados à responsabilidade pelo risco da atividade.

No Capítulo 2, demonstra-se o desenvolvimento da atividade de cartão, por meio de uma breve análise histórica, para ressaltar como se desenvolve na atualidade. São trazidos, ainda, dados estatísticos sobre o mercado e as fraudes.

O Capítulo 3 ingressa no estudo dos aspectos jurídicos para expor os diferentes conceitos e a natureza jurídica da operação de cartão. Indica-se a distinção entre os arranjos de pagamento abertos e fechados, ponto pertinente, ao passo que a tese se atém a examinar os arranjos de pagamento abertos, no qual há a participação de intermediários entre o instituidor do arranjo e os usuários finais dos serviços de pagamento (incluindo as credenciadoras).

Após analisar a operação cartão como uma rede contratual, averigua-se quais são os efeitos produzidos por essa rede perante os estabelecimentos comerciais, notadamente quanto às obrigações relacionadas ao *chargeback*.

Por conseguinte, o Capítulo 4 explora temas que procuram demonstrar no que consistem os arranjos de pagamento e seus participantes, ao expor as diferentes modalidades de arranjo de pagamento, da atividade do seu instituidor e dos demais participantes do arranjo (sobretudo as instituições de pagamento cujo entendimento é essencial para este trabalho: emissor de cartão de crédito e credenciadora).

Nesse aspecto, indicam-se alguns recortes metodológicos essenciais para este estudo, os quais consideram: (i) os arranjos de pagamento abertos integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), aos quais se aplicam a legislação e a regulamentação vigentes; (ii) os arranjos domésticos (cujo cartão somente pode ser utilizado no país); (iii) os arranjos de compra (dependem da celebração de um negócio jurídico para a transação com cartão); e (iv) os arranjos com conta de pagamento pós-paga (isto é, com cartão de crédito). Esta tese não ingressa na apreciação das peculiaridades da responsabilidade civil aplicável às atividades dos subcredenciadores.

Por fim, conforme discutido nesse capítulo, a tese adota como premissa a inexistência de relação de consumo na relação jurídica entre a credenciadora e o estabelecimento comercial. Desse modo, a responsabilidade civil das credenciadoras pelo risco da atividade é discutida apenas mediante a aplicação da Lei n. 10.406/2002 (CC/2002).

No Capítulo 5, são tratados os aspectos operacionais, cuja compreensão é essencial para se delimitar a atividade exercida por cada participante (emissor de cartão e credenciadora) no âmbito do arranjo de pagamento aberto; o que é feito ao se analisar o fluxo de processamento da transação. Expõe-se, ainda sobre os recursos tecnológicos utilizados por esses participantes na tentativa de evitar a prática de fraude na prestação dos serviços de pagamento. Ao final, aborda-se, após a explanação sobre a teoria microeconômica do mercado de dois lados (M2L), como se organiza a estrutura tarifária da atividade, com a finalidade de demonstrar a efetiva remuneração percebida pelas credenciadoras em razão dos serviços prestados aos estabelecimentos comerciais.

Na sequência, o Capítulo 6 se dedica a explorar a alocação e o gerenciamento de riscos, considerando a legislação e a regulamentação vigentes. Para tanto, demonstra-se como o BCB, após a Lei 12.865/2013, exerce a regulação sobre os instituidores dos arranjos de pagamento e as instituições de pagamento integrantes do SPB. Igualmente, expõe-se como o regulador exerce a vigilância sobre as atividades dos arranjos de pagamento, ao determinar o cumprimento das regras previstas em suas normas, a adoção de medidas preventivas e aplicar as sanções cabíveis.

No intuito de demonstrar como se dá o gerenciamento dos riscos decorrentes da atividade, analisam-se os instrumentos contratuais utilizados pelos

agentes, a saber: (i) os regulamentos dos arranjos estabelecidos pelos instituidores, para definir as regras de participação e as condições dos serviços de pagamento; e (ii) os contratos utilizados pelos emissores de cartão de crédito e pelas credenciadoras, para gerenciar e mitigar os principais riscos decorrentes dos serviços prestados aos respectivos usuários (portadores de cartão e estabelecimentos comerciais), especialmente quanto aos riscos de fraude e insolvência.

O Capítulo 7 é destinado à pesquisa específica sobre o *chargeback*. Diante da inexistência de doutrina específica, a definição, o procedimento de disputa e as obrigações aplicáveis aos usuários dos serviços são exploradas apenas com base na análise dos instrumentos contratuais utilizados pelos agentes e da regulamentação aplicável. Ao final, conclui-se acerca da relevância do procedimento de *chargeback* para a atividade, para, oportunamente, subsidiar as demais questões investigadas no tocante à responsabilidade das credenciadoras.

A partir do Capítulo 8, inicia-se a abordagem sobre a responsabilidade civil pelo risco da atividade; num primeiro momento, é necessário expor alguns aspectos gerais do instituto, seus pressupostos (culpa e nexos causal), a evolução histórica da teoria do risco, e as hipóteses de responsabilidade objetivas previstas no CC/2002, na CF/1988, e na legislação especial.

Demonstra-se, nessa parte da pesquisa, a atual concepção axiológica da responsabilidade civil, pautada no *direito de danos*, a qual tem sido utilizada como critério valorativo para preencher a cláusula geral prevista no art. 927, parágrafo único, do CC/2002, assim como de base teórica para fundamentar o princípio da prevenção.

No Capítulo 9, investiga-se o tema central desta tese, no que tange à responsabilidade das credenciadoras pelo risco da atividade. Todavia, antes disso, são fixadas as bases teóricas relacionadas à perspectiva da sociologia sobre o risco, para trazer contribuições acerca da possibilidade de os agentes geri-los e mitigá-los. Ainda, é necessário consolidar as bases doutrinárias sobre o sistema de cláusulas gerais, para entender como deve ocorrer o preenchimento valorativo do art. 927, parágrafo único, do CC/2002. Igualmente relevante são os principais critérios utilizados pela doutrina pátria e estrangeira para o preenchimento desta cláusula geral, os quais consistem: (i) nos princípios da equidade e da solidariedade; (ii) na teoria da exposição ao perigo; (iii) no conceito de risco agravado; (iv) nas diferentes acepções construídas pela doutrina com relação às situações de risco, de acordo com

a atividade do agente; e (v) o conceito de risco agravado ou diferenciado, que é adotado como parâmetro de mensuração do risco, por critérios quantitativos.

Analisa-se, ainda, a teoria do risco, segundo suas diferentes modalidades: risco profissional, risco administrativo, risco integral, risco proveito e risco criado com o objetivo de demonstrar as peculiaridades de cada modalidade, como cada uma delas evoluiu mediante a construção doutrinária e jurisprudencial.

Por fim, perquire-se sobre a responsabilidade civil das credenciadoras pelo risco da atividade com base em pesquisa envolvendo decisões judiciais que tratam do assunto, para identificar seus principais fundamentos e analisá-los de maneira mais crítica. Nesse ponto, são considerados alguns recortes metodológicos importantes definidos para esta tese.

A pesquisa considera apenas a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, tendo em vista que a maior parte das credenciadoras têm sede no Estado de São Paulo e elegem o foro de sua capital competente para julgar eventuais conflitos.

Na pesquisa realizada no TJ-SP, foram localizadas decisões sobre: (i) a nulidade das cláusulas sobre o procedimento de *chargeback*, por se tratar de condição potestativa vedada pelo art. 122, segunda parte, do CC/2002; (ii) a invalidade dessas cláusulas, ao se entender que o contrato celebrado com as credenciadoras é de adesão. Porém, como o estudo destes temas extrapola o objeto desta tese, não se ingressa nessas questões.

Também não se discute, ao longo da pesquisa, a responsabilidade contratual, pois demandaria estudo aprofundado sobre a aplicação de princípios contratuais (notadamente da função social e da boa-fé objetiva), de questões relacionadas aos deveres acessórios decorrentes da boa-fé. Assim, esta tese tem a pretensão de discutir a responsabilidade extracontratual pelo risco da atividade, conforme os problemas já delineados.

O propósito, ao final, é oferecer uma ou mais soluções ao problema de pesquisa apresentado. Para isso, no Capítulo 10, são debatidas as funções da responsabilidade civil, com foco na função preventiva, considerando sua relevância diante da atual concepção do instituto.

Nesse aspecto, é necessário abordar sua eficiência perante a função punitiva-pedagógica no que tange ao efeito dissuasório, e sobre a efetividade da tutela inibitória (isto é, se as credenciadoras podem ser dissuadidas a adotar as medidas

preventivas necessárias para mitigar os danos eventualmente causados aos estabelecimentos comerciais). Opta-se pela exposição sob a perspectiva da Análise Econômica do Direito e por meio da regulação aplicada pelo BCB, pois entende-se suficiente à finalidade proposta. Considera-se, ainda, que grande parte da bibliografia a respeito é relacionada ao direito ambiental, e que busca tutelar direitos e interesse distintos.

Verifica-se, após a análise dos *standards* preventivos de conduta, se as credenciadoras são capazes de cumprir as finalidades propostas pela função preventiva e, por conseguinte, busca-se trazer sugestões de aplicação prática quanto à conclusão apresentada.

Ao final, realiza-se uma análise conclusiva sobre os temas explorados quanto à responsabilidade civil das credenciadoras pelo risco da atividade.

11 CONCLUSÃO

O legislador, no art. 927, parágrafo único, segunda parte, do CC/2002, optou pelo sistema de cláusula geral para se interpretar e aplicar a responsabilidade civil pelo risco da atividade. Como há o emprego de conceitos indeterminados, o intérprete deve utilizar critérios valorativos para definir, no caso concreto, o risco da atividade capaz de implicar em prejuízo ao direito de outrem.

Para se aplicar a responsabilidade, a doutrina e a jurisprudência pátrias se valem do princípio da solidariedade, que assegura a proteção dos lesados expostos às atividades de riscos. Este princípio prestigia a atual concepção axiológica da responsabilidade civil, decorrente do *direito de danos*, fundada na dignidade humana.

No entanto, o princípio não deve ser utilizado como único critério valorativo, pois isso pode levar à responsabilidade indevida dos agentes, caso haja o intuito de apenas viabilizar as indenizações (função compensatória-ressarcitória) e/ou aplicar a punição para a prática de atos ilícitos (função punitiva-pedagógica).

Para se caracterizar a responsabilidade, deve haver um risco diferenciado, baseado num critério quantitativo de mensuração a demonstrar que a atividade é capaz de produzir danos com maior frequência. Deve-se considerar, ainda, que os agentes não poderão ser responsabilizados por eventos aleatórios, cujos riscos não podem ser calculados, pois imprevisíveis e incontroláveis.

Assim, para se manter o equilíbrio na aplicação da responsabilidade, é imprescindível compreender a atividade do agente e os riscos a ela relacionados.

A interpretação da cláusula geral da responsabilidade pelo risco deve ser a mais próxima possível do contexto social atual, por meio de uma visão interdisciplinar pautada na perspectiva da sociologia e da economia. Pela primeira, deve-se depreender que, com o avanço tecnológico, os riscos se tornaram incertos e cada vez mais graves. Ademais, a ausência de informações impede a prevenção de alguns danos. Quanto à perspectiva econômica, essencial compreender o mercado no qual cada agente está inserido, como sua atividade é regulada, as medidas preventivas adotadas para tentar reduzir os danos e a real possibilidade de evitá-los por meio de recursos tecnológicos.

Quando se optou pelo estudo da responsabilidade civil das credenciadoras pela aplicação das obrigações relacionadas ao *chargeback*, buscou-se trazer a visão de uma atividade que não é devidamente compreendida pela

jurisprudência e que é pouco examinada pela doutrina. Esse cenário possibilita, ao mesmo tempo, trazer uma análise crítica sobre a teoria do risco, na forma como é aplicada na atualidade.

Preliminarmente, investigou-se a atividade de cartão para fixar a forma pela qual é exercida, quando organizada por um arranjo de pagamento aberto, no qual: (i) o arranjo é criado e gerido por seu instituidor, que estabelece as condições dos serviços de pagamento, e as obrigações para que terceiros possam dele participar; e (ii) há a participação de intermediários (no caso, o emissor de cartão e credenciadora), que prestam serviços diretamente aos usuários finais (portador e estabelecimento comercial).

Observou-se também que, como os arranjos de pagamento em análise – por serem integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro – se submetem às regras previstas na legislação e regulamentação vigentes, caberá aos instituidores e aos participantes gerenciar e mitigar os riscos inerentes às suas respectivas atividades, para garantir o correto funcionamento dos serviços de pagamento prestados aos usuários.

O *chargeback* é um bom exemplo de como ocorre esse gerenciamento de riscos. Por exigência do Banco Central do Brasil, o regulamento do arranjo deve prever os mecanismos de disputa entre os participantes. Por consequência, o instituidor deverá estabelecer as regras relacionadas ao procedimento para serem cumpridas pelos participantes; estes, por sua vez, deverão refletir nos contratos celebrados com os usuários: (i) as obrigações necessárias para que possam mitigar o risco de fraude na realização das transações; (ii) as providências a serem adotadas pelos usuários em relação ao *chargeback*; e (iii) as consequências para o caso de ser constatada fraude ou irregularidade de uma transação, para que os participantes possam se resguardar quanto ao risco de insolvência.

Prosseguiu-se, então, com o estudo da jurisprudência, para se apurar os principais fundamentos ligados à responsabilidade das credenciadoras relacionados ao *chargeback*. A partir dos resultados objetivos, apurou-se a existência de equívocos quanto às justificativas utilizadas.

Concluiu-se, principalmente, que não há a correta compreensão da atividade de cartão quando organizada como arranjo de pagamento aberto, e nem daquela exercida por seus participantes: emissor de cartão e credenciadora.

Por consequência das premissas equivocadas quanto ao entendimento dos aspectos operacionais, da forma de remuneração, dos limites da atividade e dos riscos assumidos pelas credenciadoras, os fundamentos jurídicos utilizados nas decisões judiciais deixam de considerar a adequada aplicação da responsabilidade pelo risco da atividade: (i) se deixa interpretar, corretamente, o nexo de causalidade entre a atividade exercida e o dano; (ii) há desacerto quanto à aplicação da teoria do risco (risco proveito, risco criado e risco integral); (iii) não se considera alguns critérios valorativos, como a concepção de risco diferenciado e a impossibilidade de controle e mitigação de danos decorrentes de eventos aleatórios; e (iv) deixam de ser aplicadas as excludentes de responsabilidade.

Não se analisa a legislação e a regulamentação aplicáveis, nem os instrumentos contratuais utilizados pelos agentes. As condições neles previstas não são entendidas como decorrentes de exigência legal ou regulatória ou necessárias para alocar risco dos serviços prestados no âmbito do arranjo de pagamento, mas como mera transferência do risco da atividade aos estabelecimentos comerciais.

Também não se compreende o procedimento de *chargeback*, pois não se apura sua origem, finalidade e embasamento regulatório; pauta-se apenas na ideia de que seriam condições estabelecidas unilateralmente pelas credenciadoras para transferência do risco.

Ademais, se ignora que o estabelecimento comercial, como integrante da rede contratual consubstanciada no arranjo de pagamento, tem o dever de colaboração, pois, se não cumprir suas obrigações perante o portador ou as regras estabelecidas pelos instituidores, o emissor não receberá o pagamento da transação e, por consequência, não haverá o repasse do valor da transação pela credenciadora.

No entanto, para que a solução encontrada não se limitasse a negar a responsabilidade das credenciadoras, buscou-se oferecer respostas por meio da função preventiva da responsabilidade civil. Partindo da premissa de que ela é uma função eficaz, por produzir o efeito dissuasório necessário para os agentes adotarem as condutas de prevenção requeridas para gerir e mitigar os danos, também foi possível aferir as medidas adotadas na prevenção dos danos (os *standards* de prevenção).

Nesse contexto, é possível realizar uma análise interdisciplinar para se interpretar e aplicar o disposto na segunda parte do art. 927, parágrafo único, do CC/2002. Ao se verificar os *standards* de prevenção, compreende-se a atividade dos

agentes e os riscos possíveis de serem controlados, evitando-se condenações por eventos aleatórios e imprevisíveis.

O *chargeback* cumpre essa finalidade e, além disso, é procedimento eficaz para mitigar danos, pois evita que o lesado – portador ou estabelecimento comercial – seja prejudicado em razão da conduta irregular ou da fraude na realização da transação com cartão, sem se desconsiderar o princípio da solidariedade.

REFERÊNCIAS

- ABRÃO, Carlos Henrique. **Cartões de crédito e débito**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- ABRÃO, Nelson. **Direito bancário**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.
- ABREU, Edgar; SILVA, Lucas. **Sistema financeiro nacional**. São Paulo: Método, 2017.
- AGUIAR, Mônica. Contratos aleatórios: a valoração contida na norma legal. *In*: LOTUFO, Renan; NANNI, Giovanni Ettore (coord.). **Teoria geral dos contratos**. São Paulo: Atlas, 2011.
- AGUIAR, Roger Silva. **Responsabilidade civil objetiva**: do risco à solidariedade. São Paulo: Atlas, 2007.
- AGUIAR, Roger Silva. **Responsabilidade civil**: a culpa, o risco e o medo. São Paulo: Atlas, 2011.
- ALBUQUERQUE, J. B. Torres. **Prática contra os abusos das administradoras de cartões de crédito**. 4. ed. Leme: Imperium, 2013.
- ALMEIDA, Carlos Ferreira de. **Contratos III** – contratos de liberalidade, de cooperação e de risco. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2013.
- ALONSO, Paulo Sergio Gomes. **Pressupostos da responsabilidade civil objetiva**. São Paulo: Saraiva, 2000.
- ALSINA, Jorge Bustamante. **Teoría general de la responsabilidad civil**. 9. ed. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1999.
- ALVIM, Agostinho. **Da inexecução das obrigações e suas consequências**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1980.
- ANTUNES, José Engrácia. **A moeda**: estudo jurídico e econômico. Coimbra: Almedina, 2021.
- ABECS. **Balanco do setor de meios eletrônicos de pagamento**. Resultados 2022. 16 fev. 2023. Disponível em: <https://api.abecs.org.br/wp-content/uploads/2023/02/Abecs-Apresentacao-2022.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.
- ABECS. **Balanco do setor de meios eletrônicos de pagamento**. Resultados 3T23. 08 nov. 2023. Disponível em: <https://api.abecs.org.br/wp-content/uploads/2023/11/Apresentacao-3T23.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.
- ABECS. **Normativo n. 10**. Disponível em: <https://api.abecs.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Normativo-010-aditamento-e-mails-Anexo-III-06-07-2020-003.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2023.

ABECS. **Normativo n. 11**. Disponível em: <https://www.abecs.org.br/cartilhas-para-estabelecimentos-comerciais>. Acesso em: 13 dez. 2022.

ABECS. **Cartão**: a dica é saber usar. 2019. Disponível em: <https://api.abecs.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Carta%CC%83o-A-dica-e%CC%81-saber-usar.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2023.

ABECS. **GT tokenização**: guia rápido de melhores práticas para emissores. Disponível em: <https://api.abecs.org.br/wp-content/uploads/2022/04/TOKENIZACAO-GUIA-EMISSORES.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2023.

AZEVEDO, Álvaro Villaça. Classificação da responsabilidade civil. *In*: SIMÃO, José Fernando; PAVINATTO, Tiago (coord.). **Liber Amicorum** Teresa Ancona Lopez: estudos sobre responsabilidade civil. São Paulo: Almedina, 2021.

AZEVEDO, Álvaro Villaça. **Código Civil comentado**. v. II. São Paulo: Atlas, 2003.

BACEN. **Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos**. Divisão de Sistemas de Pagamentos. Diagnóstico do Sistema de Pagamentos de Varejo do Brasil. Brasília, 2005. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/Publicacoes_SPB/Diagnostico%20do%20Sistema%20de%20Pagamentos%20de%20Varejo%20no%20Brasil.pdf. Acesso em: 28 set. 2022.

BACEN. **Secretaria de Direito Econômico**; Secretaria de Acompanhamento Econômico. Relatório sobre a Indústria de Cartões de Pagamentos. Brasília, 2009. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/Publicacoes_SPB/Relatorio_Cartoes.pdf. Acesso em: 28 set. 2022.

BANDEIRA, Luiz Octávio Villela de Viana. **As cláusulas de não indenizar no direito brasileiro**. São Paulo: Almedina, 2016.

BARBOSA, Ana Mafalda Castanheira Neves de Miranda. **Estudos a propósito da responsabilidade objetiva**. Cascais: Principia, 2014.

BARBOSA, Ana Mafalda Castanheira Neves de Miranda. **Lições de responsabilidade civil**. Cascais: Principia, 2017.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2010.

BETIOL, Luciana Stocco. **Responsabilidade civil e proteção ao meio ambiente**. São Paulo: Saraiva, 2010.

BIANCA, Cesare Massimo. Culpa extracontratual. **Diritto civile**: la responsabilità. v. 5. Milano: Giuffrè, 1994.

BISNETO, Cícero Dantas. **Formas não monetárias de reparação do dano moral: uma análise do dano extrapatrimonial à luz do princípio da reparação adequada.** Florianópolis: Tirant lo Blanch, 2019.

BODIN DE MORAES, Maria Celina. As funções da responsabilidade civil. Risco, solidariedade e reponsabilidade objetiva. São Paulo, **Revista dos Tribunais**, v. 854, dez. 2006.

BODIN DE MORAES, Maria Celina. **Danos à pessoa humana: uma leitura civil-constitucional dos danos morais.** Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

BODIN DE MORAES, Maria Celina. Risco, solidariedade e responsabilidade objetiva. O direito e o tempo: embates jurídicos e utopias contemporâneas. *In*: TEPEDINO, Gustavo; FACHIN, Luiz Edson (coord.). **Estudos em homenagem ao Professor Ricardo Pereira Lira.** Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

BODNAR, Zenildo. A concretização jurisdicional dos princípios ambientais. *In*: PES, João Hélio Ferreira; OLIVEIRA, Rafael Santos de (coord.). **Direito ambiental contemporâneo: prevenção e precaução.** Curitiba: Juruá, 2009.

BOITEUX, Elza Antônia Pereira Cunha; BOITEUX, Fernando Netto. **Poluição eletromagnética e meio ambiente: o princípio da precaução.** Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2008.

BRAGA NETTO, Felipe. **Novo manual de responsabilidade civil.** Salvador: JusPodivm, 2019.

BRAGA NETTO, Felipe. **Os novos rumos da responsabilidade civil: o Estado e a violência urbana.** Salvador: JusPodivm, 2019.

BRANCO, Gerson Luiz Carlos. **O sistema contratual do cartão de crédito.** São Paulo: Saraiva, 1998.

BRASIL. **Anteprojeto de Código Civil.** Ministério da Justiça. Comissão de Assuntos Legislativos. Departamento de Imprensa Nacional, 1972.

BRASIL. **CADE.** Processo Administrativo n. 08012.004089/2009-01. Disponível em: https://sei.cade.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_exibir.php?KOXi3eEqJC73dCc3G_MH5w73G76ivtXYDDG65Jr7vK4fhNNdRnnFDgAfJTIfRn8_ywCudV1gCNGrQiNgXFAcnYOWXKyo9DSFMGYIz9Qn_tD3W6AsqB5ENzIXTYTSJETS. Acesso em: 28 set. 2022.

BRASIL. **CADE.** Processo Administrativo n. 08012.005328/2009-31. Disponível em: https://sei.cade.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_exibir.php?0c62g277GvPsZDAxAO1tMiVcl9FcFMR5UuJ6rLqPEJuTUu08mg6wxLt0JzWxCor9mNcMYP8UAjTVP9dxRfPBccbxIYO0CeA1H523pltubReJZCr0MT6LxMmVGBByLhRE6. Acesso em: 28 set. 2022.

BRASIL. **CADE**. Departamento de Estudos Econômicos (DEE). Mercados de Plataformas Digitais. Cadernos do Cade, ago. 2021. Disponível em: <https://cdn.cade.gov.br/Portal/centrais-de-conteudo/publicacoes/estudos-economicos/cadernos-do-cade/plataformas-digitais.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2022.

BRASIL. **CADE**. Ato de Concentração 08700.009363/2015-10. Inquérito Administrativo 08700.000018/2015-11.

BREVIGLIERI, Etiene Maria Bosco. **Desenvolvimento & responsabilidade civil: os riscos e custos do desenvolvimento tecnológico**. Birigui: Boreal, 2014.

BULGARELLI, Waldírio. A regulamentação dos cartões de crédito. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, v. 14, n. 19, 1975.

CABRAL, Angelo Antonio. **Direito ambiental do trabalho na sociedade de risco**. Curitiba: Juruá, 2016.

CALIXTO, Marcelo Junqueira. **A culpa na responsabilidade civil: estrutura e função**. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

CANARIS, Claus-Wilhelm. **Pensamento sistemático e conceito de sistema na ciência do direito**. Introdução e trad. António Menezes Cordeiro. 6. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2019.

CARNAÚBA, Daniel Amaral. Distribuição de riscos nas relações de consumo: uma análise econômica. *In*: LOPEZ, Teresa Ancona; LEMOS, Patrícia Faga Iglecias; RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz (coord.). **Sociedade de risco e direito privado: desafios normativos, consumeristas e ambientais**. São Paulo: Atlas, 2013.

CARNEIRO DE FRADA, Manuel António de Castro Portugal. **Direito civil – responsabilidade civil: o método do caso**. Coimbra: Almedina, 2006.

CASTRO, Guilherme Couto de. **A responsabilidade objetiva no direito brasileiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

CASTRO, Moema Augusta Soares de. **Cartão de crédito: a monetária, o cartão de crédito e o documento eletrônico**. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

CAVALCANTI, Amaro. **Responsabilidade civil do Estado**. t. I. Rio de Janeiro: Bórsoi, 1957.

CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de responsabilidade civil**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

CLEARSALE. **Intelligence to move**. Mapa da fraude. 1º semestre de 2023. Disponível em: https://br.clear.sale/hubfs/marketing/CRM/Mapa%20da%20Fraude%201%20semestre%202023/MapaDaFraude2023-1Sem_Ebook.pdf. Acesso em: 27 jan. 2024.

CONSELHO DE JUSTIÇA FEDERAL. **Enunciado 38 da I Jornada de Direito Civil do Conselho da Justiça Federal**. Jornadas de Direito Civil I, III, IV e V: Enunciados aprovados. Coordenador científico Ruy Rosado de Aguiar Júnior. Brasília: Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários, 2012. Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/cjf/corregedoria-da-justica-federal/centro-de-estudos-judiciarios-1/publicacoes-1/jornadas-cej/EnunciadosAprovados-Jornadas-1345.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2023

CONSELHO DE JUSTIÇA FEDERAL. **Enunciado 42 da I Jornada de Direito Civil do Conselho da Justiça Federal**. Jornadas de Direito Civil I, III, IV e V: Enunciados aprovados. Coordenador científico Ruy Rosado de Aguiar Júnior. Brasília: Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários, 2012. Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/cjf/corregedoria-da-justica-federal/centro-de-estudos-judiciarios-1/publicacoes-1/jornadas-cej/EnunciadosAprovados-Jornadas-1345.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2023.

CONSELHO DE JUSTIÇA FEDERAL. **Enunciado 378 da I Jornada de Direito Civil do Conselho da Justiça Federal**. Jornadas de Direito Civil I, III, IV e V: Enunciados aprovados. Coordenador científico Ruy Rosado de Aguiar Júnior. Brasília: Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários, 2012. Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/cjf/corregedoria-da-justica-federal/centro-de-estudos-judiciarios-1/publicacoes-1/jornadas-cej/EnunciadosAprovados-Jornadas-1345.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2023.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Títulos de crédito: uma nova abordagem**. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021.

COHEN, Gabriel Luiz Schvartzman; FERNANDES, Gustavo Guerra. Reflexões jurídicas sobre as transações de pagamento realizadas com cartões e a incidência do *chargeback*. In: BRUZZI, Eduardo; FEIGELSON, Bruno (coord.). **Banking 4.0**. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020.

COOTER, Robert; ULEN, Thomas. **Direito & economia**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

COZER, Cristiano. **Perfis de atuação do Banco Central do Brasil no segmento de pagamento de varejo**. Direito dos meios de pagamento: natureza jurídica e reflexões sobre a Lei n. 12.865/2013. São Paulo: Quartier Latin, 2020.

DAL PIZZOL, Ricardo. **Responsabilidade civil: funções punitiva e preventiva**. Indaiatuba: Foco, 2020.

DE CUPIS, Adriano. **El daño: teoría general de la responsabilidad civil**. Trad. Luis M. Marcano Dalazar Santiago: Olejnik, 2020.

DE GIORGI, Raffaele. **Direito, democracia e risco: vínculos com o futuro**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1998.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 29. ed. São Paulo: Forense, 2016.

DIAS, José de Aguiar. **Da responsabilidade civil**. v. I. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1979.

DIAS, José de Aguiar. **Da responsabilidade civil**. v. II. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1979.

DIAS, José de Aguiar. **Responsabilidade civil em debate**. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

DÍEZ-PICAZO, Luis. **Derecho de daños**. Madrid: Civitas, 1999.

DINIZ, Maria Helena. **Dicionário jurídico**. v. 1. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

EIZIRIK, Nelson. Administração de cartão de crédito constitui atividade privativa de instituição financeira? **Revista de Direito Mercantil**, n. 88, v. 25. São Paulo: Melhoramentos, out.-dez., 1992.

ENGLISH, Karl. **Introdução ao pensamento jurídico**. Trad. João Baptista Machado. 8. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

EUROPEAN GROUP ON TORT LAW. **Princípios de Direito Europeu da Responsabilidade Civil**. Disponível em:
<http://www.egtl.org/docs/PETLPortuguese.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2023.

FACCHINI NETO, Eugênio. Da responsabilidade civil no novo Código. *In*: SARLET, Ingo Wolfgang (org.). **O novo Código Civil e a Constituição**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

FARIAS, Cristiano Chaves de; BRAGA NETTO, Felipe Peixoto; ROSENVALD; Nelson. **Novo tratado de responsabilidade civil**. São Paulo: Atlas, 2015.

FAVA, Gustavo Crestani. **Ensaio sobre os efeitos do princípio da precaução ao nível da responsabilidade civil ambiental**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2022.

FAZZIO JÚNIOR, Waldo. **Cartão de crédito, cheque e direito do consumidor**. São Paulo: Atlas, 2011.

FERNANDES, Wanderley. **Cláusulas de exoneração e de limitação de responsabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2013.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FIGUEIREDO, Alcio Manoel de Souza. **Cartão de crédito**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2010.

FRANÇA. **Code Civil des Français**. Disponível em:
https://www.legifrance.gouv.fr/codes/section_lc/LEGITEXT000006070721/LEGISCTA000006136352/1804-03-29/#LEGISCTA000006136352. Acesso em: 15 ago. 2023.

FRADERA, Véra Jacob de; BATTESINI, Eugênio. Direito, economia e responsabilidade civil em perspectiva comparativa: a aplicação da regra de Hand como critério de determinação da responsabilidade subjetiva no Brasil. *In: Latin American and Caribbean Law and Economics Association (ALACDE) Annual Papers*. Berkeley Program in Law and Economics. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/3t68f45m>. Acesso em: 05 nov. 2023.

FRANZONI, Massimo. **La responsabilità oggettiva: il danno da cose, da esercizio di attività pericolose, da circolazione di veicoli**. v. 2. Padova: CEDAM, 1995.

FRAZÃO, Ana. **Risco da empresa e caso fortuito externo**. Rio de Janeiro, ano 5, n. 1, 2016. Disponível em: <http://civilistica.com/risco-da-empresa-e-caso-fortuito-externo/>. Acesso em: 27 out. 2023.

FREIRE, Paula Vaz. Sociedade de risco e direito do consumidor. *In: LOPEZ, Teresa Ancona; LEMOS, Patrícia Faga Iglecias; RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz (coord.) Sociedade de risco e direito privado: desafios normativos, consumeristas e ambientais*. São Paulo: Atlas: 2013.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

GARNER, Bryan A. **Black's law dictionary**. 7. ed. St. Paul. Minnesota: West Group, 2009.

GAROUPA, Nuno. **Combinar a economia e o direito: a análise econômica do direito**. Disponível em: https://www.academia.edu/2824965/Combinar_a_economia_eo_direito_a_analise_e_c. Acesso em: 05 nov. 2023

GHERSI, Carlos Alberto. **Teoría general de la reparación de daños**. Buenos Aires: Astrea, 1997.

GICO JÚNIOR, Ivo. Introdução ao direito e economia. *In: TIMM, Luciano Benetti (org.). Direito e economia no Brasil: estudos sobre a análise econômica do direito*. 3. ed. Indaiatuba: Foco, 2019.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Unesp, 1991.

GIORDANI, José Acir Lessa. **Responsabilidade civil genérica no Código Civil de 2002**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

GODOY, Cláudio Luiz Bueno de. **Responsabilidade civil pelo risco da atividade: uma cláusula geral no Código Civil de 2002**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

GOMES, Fernando Mirandez Del Nero; MARTINS, Alessandra Carolina Rossi. A Súmula Superior do Tribunal de Justiça 283: a caracterização de administradoras de cartão de crédito como instituições financeiras e o novo arcabouço regulatório de meios de pagamento. *In*: COHEN, Gabriel (coord.). **Direito dos meios de pagamento**: natureza jurídica e reflexões sobre a Lei 12.865/2013. São Paulo: Quartier Latin, 2020.

GOMES, Milton Carvalho. Riscos e incertezas em contratos públicos de concessão: uma análise econômica da repartição de responsabilidades. *In*: **Revista Jurídica Luso Brasileira**, ano 6, n. 4, 2020.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**. Responsabilidade civil. 8. ed. v. 4. São Paulo: Saraiva, 2013.

GONÇALVES, Luiz da Cunha. **Tratado de direito civil**. v. XII, t. II. São Paulo: Max Limonad, 1956.

GUERRA, Alexandre. **Responsabilidade civil por abuso de direito**: entre o exercício inadmissível de posições jurídicas e o direito de danos. São Paulo: Saraiva, 2011.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. **Responsabilidade pressuposta**. São Paulo: Del Rey, 2005.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. Responsabilidade pressuposta: evolução de fundamentos e paradigmas da responsabilidade civil na contemporaneidade. *In*: DELGADO, Luiz Mário; ALVES, Jones Figueiredo (coord.). **Novo Código Civil**: questões controvertidas. Responsabilidade civil. v. 5. São Paulo: Método, 2006.

ITÁLIA. **Regio Decreto 16 marzo 1942, n. 262**. Approvazione del testo del Codice civile. Disponível em: <https://www.normattiva.it/uri-res/N2Ls?urn:nir:stato:regio.decreto:1942-03-16;262>. Acesso em: 11 nov. 2023.

JORGE JÚNIOR, Alberto Gosson. **Cláusulas gerais no novo Código Civil**. São Paulo: Saraiva, 2004.

JOSSERAND, Louis. Evolução da responsabilidade civil. Trad. Raul Lima. **Revista Forense**, Rio de Janeiro, v. 86, 1941.

KHUN, Thomas. La estructura de las revoluciones científicas *apud* LORENZETTI, Ricardo. **Fundamentos do direito privado**. 2. ed. São Paulo: RT, 2000.

KIRCHNER, Felipe. **Contratos coligados**: conformação teórica e fundamentos de responsabilidade civil. Rio de Janeiro: Processo, 2022.

KNIGHT, Frank H. **Risk, uncertainty, and profit**. New York: Augustus M. Kelley Bookseller, 1964.

KONDER, Carlos Nelson. **Contratos conexos**: grupos de contratos, redes contratuais e contratos coligados. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

KOURILSKY, Philippe; VINEY, Geneviève. **Le principe de précaution**. Paris: Odile Jacob, 2000.

KÜMMEL, Marcelo Barroso. Direito ambiental do trabalho: o princípio da precaução nas convenções internacionais da organização internacional do trabalho. *In*: PES, João Hélio Ferreira; OLIVEIRA, Rafael Santos de (coord.). **Direito ambiental contemporâneo**: prevenção e precaução. Curitiba: Juruá, 2009.

LACERDA FILHO, Fausto Pereira de. **Cartões de crédito**. Curitiba: Juruá, 1990.

LEITE, José Rubens Morato; MELO, Melissa Ely. As funções preventivas e precaucionais da responsabilidade civil por danos ambientais. *In*: PES, João Hélio Ferreira; OLIVEIRA, Rafael Santos de (coord.). **Direito ambiental contemporâneo**: prevenção e precaução. Curitiba: Juruá, 2009.

LEONARDO, Rodrigo Xavier. Contratos coligados, redes contratuais e contratos conexos. *In*: FERNANDES, Wanderley (coord.). **Fundamentos e princípios dos contratos empresariais**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, Série GVlaw, 2012.

LEONARDO, Rodrigo Xavier. Responsabilidade civil contratual e extracontratual: primeiras anotações em face do novo Código Civil brasileiro. *In*: NERY JÚNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade (org.). **Doutrinas essenciais – responsabilidade civil – teoria geral**. v. I. São Paulo: RT, 2010.

LIMA, Alvino. **Culpa e risco**. 2. ed. (atual.) Ovídio Rocha Barros Sandoval. São Paulo: RT, 1998.

LIMONGI FRANÇA, Rubens. **Enciclopédia Saraiva de Direito**. v. 66. São Paulo: Saraiva, 1977.

LÔBO, Jorge. A constitucionalização do direito civil brasileiro. *In*: TEPEDINO, Gustavo (org.). **Anais do Congresso Internacional de Direito Civil-Constitucional da cidade do Rio de Janeiro**. São Paulo: Atlas, 2008.

LOPEZ, Teresa Ancona. **Princípio da precaução e evolução da responsabilidade civil**. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

LOPEZ, Teresa Ancona. Responsabilidade civil na sociedade de risco. *In*: LOPEZ, Teresa Ancona; LEMOS, Patrícia Faga Iglecias; RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz (coord.). **Sociedade de risco e direito privado**: desafios normativos, consumeristas e ambientais. São Paulo: Atlas: 2013.

LORENZETTI, Ricardo Luis. Redes contractuales: conceptualización jurídica, relaciones internas de colaboración, efectos frente a terceros. **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS**, v. 16, 1999.

LUHMANN, Niklas. **Sociologia del riesgo**. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 1992.

LYRA, Afranio. **Responsabilidade civil**. Bahia: edição do autor, 1977.

MARANHÃO, Ney Stany Morais. **Responsabilidade civil objetiva pelo risco da atividade**: uma perspectiva civil-constitucional. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2010.

MARINO, Francisco Paulo de Crescenzo. **Contratos coligados no direito brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2010.

MARQUES, Claudia Lima. **Contratos no Código de Defesa do Consumidor**: o novo regime das relações contratuais. 7. ed. São Paulo: RT, 2014.

MARTINS, Fran. **Cartões de crédito**: natureza jurídica. Rio de Janeiro: Forense, 1976.

MARTINS-COSTA, Judith. **Boa-fé no direito privado**: critérios para a sua aplicação. São Paulo: Marcial Pons, 2015.

MARTINS-COSTA, Judith; PARGENDLER, Mariana Souza. Usos e abuso da função punitiva. Porto Alegre, **Revista da AJURIS**, v. 32, n. 100, 2005.

MAZEAUD, Henri; MAZEAUD, Leon; TUNC; André; **Tratado teórico y práctico de la responsabilidad civil delictual y contractual**. t. 1, v. 2. Trad. Luis Alcalá-Zamora Y Castillo. Buenos Aires: Ediciones Jurídicas Europa, 1963.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 28. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

MELO, Diogo, L. Machado de. **Culpa extracontratual**. São Paulo: Saraiva, 2013.

MENDONÇA, Diogo Naves. **Análise econômica da responsabilidade civil**: o dano e a sua quantificação. São Paulo: Atlas, 2012.

MENDONÇA, Diogo Naves. Breve estudo sobre a análise econômica da responsabilidade civil no direito do consumidor. *In*: LOPEZ, Teresa Ancona; LEMOS, Patrícia Faga Iglecias; RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz (coord.). **Sociedade de risco e direito privado**: desafios normativos, consumeristas e ambientais. São Paulo: Atlas, 2013.

MENEZES CORDEIRO, António. **Da boa-fé no direito civil**. Coimbra: Almedina, 2015.

MENEZES CORDEIRO, António. **Direito bancário**. 5. ed. Coimbra: Almedina, 2015.

MENEZES CORDEIRO, António. **Tratado de direito civil** – direito das obrigações. v. II, t. III. Coimbra: Almedina, 2010.

MENEZES CORDEIRO, António. **Tratado de direito civil** – direito das obrigações. v. VIII. Coimbra: Almedina, 2014.

MENEZES CORDEIRO, António. **Tratado de direito civil** – direito das obrigações. Garantias. v. X. Coimbra: Almedina, 2014.

MENEZES DIREITO, Carlos Alberto; CAVALIERI FILHO, Sergio. *In*: TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo (coord.). **Comentários ao novo Código Civil**. Da responsabilidade civil. Das preferências e privilégios creditórios. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

MILARÉ, Édis. **Direito do ambiente**: doutrina, prática e jurisprudência. São Paulo: RT, 2001.

MUGUILLO, Roberto A. **Tarjeta de credito**. 2. ed. Buenos Aires: Astrea, 1994.

MULHOLLAND, Caitlin Sampaio. **A responsabilidade civil por presunção de causalidade**. Rio de Janeiro: GZ, 2009.

NAKAHARA, Patricia. **Subcredenciadores**: regime jurídico aplicável e principais questões deste participante dos arranjos de pagamento. São Paulo: Dialética, 2021.

NERY JÚNIOR, Nelson. **Código Brasileiro de Defesa do Consumidor comentado pelos autores do anteprojeto**. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

NORONHA, Fernando. Desenvolvimentos contemporâneos da responsabilidade civil. São Paulo, **Revista dos Tribunais**, v. 761, mar. 1999.

NORONHA, Fernando. **Direito das obrigações**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

NUNO, Aureliano. **O risco nos contratos de alienação** – contributo para o estudo do direito privado português. Coimbra: Almedina, 2009.

NUSDEO, Fábio. **Curso de economia**: introdução ao direito econômico. 8. ed. São Paulo: RT, 2014.

OECD. **Two-sided markets**. Organization for Economic Co-operation and Development, DAF/COMP, 2009. Disponível em: <https://www.oecd.org/daf/competition/44445730.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2022.

OLIVEIRA, Celso Marcelo de. **Cartão de Crédito de acordo com o Novo Código Civil**. Campinas: LZN, 2003.

OLIVEIRA, Gustavo Henrique. **Responsabilidade civil**: do seu abrandamento à luz da nova sistemática brasileira. Curitiba: Juruá, 2017.

OLIVEIRA, Marcos Cavalcante de. **Moeda, juros e instituições financeiras** – regime jurídico. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

OLIVEIRA, Rodrigo Eduardo de Mello; BRITTO, Paulo Augusto Pettenuzzo de. Taxa de intercâmbio e integração de redes no mercado brasileiro de cartões de crédito: uma discussão teórica. **Revista Brasileira de Economia de Empresas**, v. 21, n. 2, 2021. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rbee/article/view/11730>. Acesso em: 21 nov. 2022.

PCI SECURITY STANDARDS COUNCIL. Disponível em: https://www.pcisecuritystandards.org/about_us/. Acesso em: 19 fev. 2023.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil**. Contrato. Declaração unilateral de vontade. Responsabilidade civil. 7. ed. v. 3. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Responsabilidade civil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Responsabilidade civil**. (atual.) Gustavo Tepedino. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

PINDYCK, Robert; RUBINFELD, Daniel. **Microeconomia**. 8. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

PIZARRO, Ramón Daniel. **Responsabilidad civil por riesgo creado y de empresa contractual y extracontractual**. v. 1. Buenos Aires: La Ley, 2007.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado de direito privado**. 3. ed. t. 4. São Paulo: RT, 1984.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado de direito privado**. 3. ed. t. 23. São Paulo: RT, 1984.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado de direito privado**. t. 26. (atual.) Vilson Rodrigues Alves. Campinas: Bookseller, 2003.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado de direito privado**. 3. ed. t. 42. São Paulo: RT, 1984.

PORTO, Antônio José Maristrello. Análise econômica da responsabilidade civil. *In*: TIMM, Luciano Benetti (org.). **Direito e economia no Brasil**: estudos sobre a análise econômica do direito. 3. ed. Indaiatuba: Foco, 2019.

PORTUGAL. **Código Civil**. Decreto-Lei n. 47.344. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-lei/1966-34509075>. Acesso em: 11 nov. 2023.

PRADO, Wilson do. **Responsabilidade civil das administradoras de cartões de crédito**. São Paulo: Pillares, 2005.

PRATA, Ana. **Vocabulário jurídico**. 5. ed. v. I. Coimbra: Almedina, 2008.

RAGAZZO, Carlos. **Regulação de meios de pagamento**. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020.

REALE, Miguel. **História do novo Código Civil**. v. I. São Paulo: RT, 2005.

REIS JÚNIOR, Antonio dos. **Função promocional da responsabilidade civil: um modelo de estímulos à reparação espontânea dos danos**. Indaiatuba: Foco, 2022.

RICAURTE, Hermano Sarmiento. **La tarjeta de credito: su aspecto jurídico y económico**. Bogotá: Themis, 1973.

RIPERT, Georges. **A regra moral nas obrigações civis**. Trad. Osório de Oliveira. Campinas: Bookseller, 2000.

RIZZARDO FILHO, Arnaldo. **Redes Organizacionais e organização contratual na nova economia**. Florianópolis: Tirant Lo Blanch, 2018.

ROCHET, Jean-Charles; TIROLE, Jean. Platform competition in two-sided markets. **Journal of the European Economic Association**, v. 1, 4. ed. 2003. Disponível em: <https://academic.oup.com/jeea/article/1/4/990/2280902>. Acesso em: 27 nov. 2022.

ROSA, Marcus Paulus de Oliveira. Os desafios da regulação de um (ecos)istema de pagamentos em constante evolução e as implicações jurídicas para seus participantes. *In*: EROLES, Pedro (coord.). **Fintechs, bancos digitais e meios de pagamento**. v. 4. São Paulo: Quartier Latin, 2001.

ROSENVALD, Nelson. **As funções da responsabilidade civil: a reparação e a pena civil**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

SACRAMONE, Marcelo Barbosa; DEZEM, Renata Mota Maciel Madeira. A responsabilidade civil sob o aspecto econômico. *In*: GUERRA, Alexandre Dartanhan de Mello; BENACCHIO, Marcelo (coord.). **Responsabilidade civil**. São Paulo: Escola Paulista da Magistratura, 2015.

SADDI, Jairo. **Crise e regulação bancária: navegando em mares revoltos**. São Paulo: Textonovo, 2001.

SADDI, Jairo. **O poder e o cofre: repensando o Banco Central**. São Paulo: Textonovo, 1997.

SALAS, Acdeel Ernesto. **Estudios sobre la responsabilidade civil**. Buenos Aires: Libreria Juridica de Valerio Abeledo, 1947.

SALLES, Raquel Bellini de Oliveira. **A cláusula geral de responsabilidade civil objetiva**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

SALOMÃO NETO, Eduardo. **Direito bancário**. 3. ed. São Paulo: Trevisan, 2020.

SAMPAIO DA CRUZ, Gisela. **O problema do nexos causal na responsabilidade civil**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

SANSEVERINO, Paulo de Tarso Vieira. **Cláusula geral de risco e a jurisprudência dos tribunais superiores**. Doutrina: edição comemorativa, 25 anos. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2014. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/publicacaoinstitutional/index.php/Dout25anos/article/download/1118/1052>. Acesso em: 27 out. 2023.

SANSEVERINO, Paulo de Tarso. **Princípio da reparação integral**. São Paulo: Saraiva, 2010.

SANTOS, Edson Luiz dos. **Do escambo à inclusão financeira**: a evolução dos meios de pagamento. São Paulo: Linotipo Digital, 2014.

SANTOS, Edson Luiz dos; CAVALCANTI, Luis Filipe. **Payments 4.0**: as forças que estão transformando o mercado brasileiro. São Paulo: Linotipo Digital, 2020.

SANTOS, Marília Benevides. **Cartão de crédito nos dias atuais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1999.

SARLET, Ingo Wolfgang. As dimensões da dignidade da pessoa humana: construindo uma compreensão jurídico-constitucional necessária e possível. **Revista Brasileira de Direito Constitucional**, São Paulo, n. 9, p. 361-388, jan.-jun. 2007.

SCHREIBER, Anderson. **Novos paradigmas da responsabilidade civil**: da erosão dos filtros da reparação à diluição dos danos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SERASA EXPERIAN. **Setor de “bancos e cartões” sofreu uma tentativa de fraude a cada 6 segundos em julho, mostra Serasa Experian**. 25 nov. 2023. Disponível em: <https://www.serasaexperian.com.br/sala-de-imprensa/prevencao-a-fraude/setor-de-bancos-e-cartoes-sofreu-uma-tentativa-de-fraude-a-cada-6-segundos-em-julho-mostra-serasa-experian/>. Acesso em: 02 jun. 2023.

SERRAGLIO, Diogo Andreola. **A proteção dos refugiados ambientais pelo direito internacional**: uma leitura a partir da teoria da sociedade de risco. Curitiba: Juruá, 2014.

SILVA, Rodney Malveira da. **Hermenêutica contratual**. São Paulo: Atlas, 2011.

SILVA, Wilson Melo da. **O dano moral e sua reparação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

SILVA, Wilson Melo da. **Responsabilidade sem culpa e socialização do risco**. Belo Horizonte: Bernardo Álvares, 1961.

SIMÕES, Eduardo Chedid. **O cartão de crédito no mundo e no Brasil**. Sistema jurídico e operacional dos cartões de crédito. Rio de Janeiro: Centro de Estudos e Debates do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (CEDES), 2005.

SOARES, Luísa Machado Leite. Excesso ou insuficiência de regulação nos mercados financeiro e de meios de pagamento. *In*: EROLES, Pedro (coord.). **Fintechs, bancos digitais e meios de pagamento**. v. 3. São Paulo: Quartier Latin, 2001.

SOUZA, Adalberto Pimentel Diniz de. **Risco contratual, onerosidade excessiva & contratos aleatórios**. Curitiba: Juruá, 2015.

SOUZA, Wendell Lopes Barbosa de. **Responsabilidade civil objetiva fundada na atividade de risco**. São Paulo: Atlas: 2010.

SZTAJN, Rachel. **Sistema financeiro: entre estabilidade e risco**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

TAKAMURA, Willian Yoshikazu. Desacordo entre instituidores de arranjos de pagamento e participantes: possibilidades e limites de atuação do Banco Central. *In*: EROLES, Pedro (coord.). **Fintechs, bancos digitais e meios de pagamento**. v. 3. São Paulo: Quartier Latin, 2001.

TARTUCE, Flávio. **Responsabilidade civil objetiva e risco: a teoria do risco concorrente**. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2011.

TEIXEIRA NETO, Felipe. **Responsabilidade civil objetiva: da fragmentariedade à reconstrução sistemática**. Indaiatuba: Foco, 2022.

TEIXEIRA, Cleveland Prates; PIRES, Jorge Oliveira. **Economias de rede e concorrência nos meios de pagamento eletrônico**. Sistema financeiro em movimento: cases, transformações e regulação. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Comentários ao novo Código Civil**. v. III, t. II. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Direitos do consumidor**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

THIBIERGE, Catherine. Libres propos sur l'évolution du droit de la responsabilité (vers um élargissement de la fonction de la responsabilité civile). **Revue Trimestrelle de Droit Civile**, 1999.

TORRES, Heleno. Risco e complexidade na hermenêutica do sistema tributário. *In*: LOPEZ, Teresa Ancona; LEMOS, Patrícia Faga Iglecias; RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz (coord.). **Sociedade de risco e direito privado: desafios normativos, consumeristas e ambientais**. São Paulo: Atlas, 2013.

TRIMARCHI, Pietro. **Rischio e responsabilità oggettiva**. Milano: Guiffre, 1961.

TUPONI JÚNIOR, Benedito Aparecido. **Responsabilidade civil objetiva no ato de trabalho e atividade empresarial de risco**. Curitiba: Juruá, 2010.

TURCZYN, Sidney. **O sistema financeiro nacional e a regulação bancária**. São Paulo: RT, 2005.

VCT Tecnologia em cartões plásticos. **Clonagem de cartão de crédito**: o chip é a solução. Disponível em: <https://www.vctbrasil.com.br/blog/clonagem-de-cartao-de-credito-o-chip-e-a-solucao>. Acesso em: 22 jan. 2024.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil**: responsabilidade civil. v. 4. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

VENTURI, Thaís Goveia Pascoaloto. **Responsabilidade civil preventiva**: a proteção contra a violação dos direitos e a tutela inibitória material. São Paulo: Malheiros, 2014.

VIEIRA, Patricia Ribeiro Serra. **A responsabilidade civil objetiva do direito de danos**. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

VINEY, Geneviève. As tendências atuais do direito da responsabilidade civil. Trad. Paulo Cezar de Mello. *In*: TEPEDINO: Gustavo (org.). **Anais do Congresso Internacional de Direito Civil-Constitucional da cidade do Rio de Janeiro**. São Paulo: Atlas, 2008.

VIOLA, Rafael. **Risco e causalidade**. Indaiatuba: Foco, 2023.

VISINTINI, Giovanna. **Tratado de la responsabilidad civil – el daño**. Otros criterios de imputación. t. 2. Trad. Aída Kemelmajer de Carucci. Buenos Aires: Astrea, 1996.

YAMASHITA, Hugo Tubone. **Cooperação empresarial**: contratos híbridos e redes empresariais. São Paulo: Almedina, 2002.

ZORZETTO, Silvia. **Concepto de riesgo y principio de precaución**. Santiago: Olejnik, 2018.

ZOVICO, Marcelo Luis Roland. **Os limites da teoria do risco**: os limites do direito diante da teoria do risco – uma abordagem sobre a (in)eficiência das políticas de segurança pública. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2022.

ZYLBERSZTAJN, Decio; SZTAJN, Rachel. Análise econômica do direito e das organizações. *In*: ZYLBERSZTAJN, Decio; SZTAJN, Rachel (org.). **Direito & economia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

Contratos e outros documentos

BACEN. **Informação obtida da relação de arranjos autorizados e integrantes do SPB, disponibilizada pelo BCB**. Disponível em: <https://liftchallenge.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/relacaoarranjosintegrantes>. Acesso em: 23 nov. 2022.

BACEN. Instruções para a prestação de informações de arranjos integrantes e não integrantes do SPB. Disponível em:

https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/Documents/sistema_pagamentos_brasileiro/Arranjos/Instrucoes_Prestacao_Informacoes_Arranjos.pdf. Acesso em: 24 nov. 2022.

BANCO DO BRASIL. Contrato dos cartões Banco do Brasil S.A. Pessoas físicas – correntistas e não-correntistas, do Banco do Brasil S.A. Disponível em:

https://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/dicar/dwn/ContratoCartoes.pdf?pk_vid=77c9540df926d2291667508539012ac8. Acesso em: 19 jan. 2023.

BRADESCO. Regulamento da utilização dos cartões de crédito – aplicável à pessoa física, do Banco Bradesco S.A. Disponível em:

<https://banco.bradesco/assets/classic/pdf/regulamento-sumario-utilizacao-cartao-credito-pessoa-fisica.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2023.

CIELO. Contrato de credenciamento ao sistema Cielo. Disponível em:

https://www.cielo.com.br/docs/Contrato_de_Credenciamento_Consolidado_novo.pdf. Acesso em: 19 fev. 2023.

ELO. Regulamento Elo. Disponível em: <https://termos-e-regulamentos.elo.com.br/bacen.pdf>.

Acesso em: 29 nov. 2022.

GETNET. Contrato de credenciamento aos serviços de aquisição Getnet e outras avenças. Disponível em: https://site.getnet.com.br/wp-content/uploads/2021/12/Contrato-de-Credenciamento-Getnet_Registrado_versao-web.pdf.

Acesso em: 19 fev. 2023.

ITAÚ. Contrato de cartão de crédito, do Banco Itaucard S.A. Disponível em:

<https://www.itaubr.com.br/content/dam/itau/cartoes/contratos/itaucard10.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2023.

MASTERCARD. Regulamento dos arranjos de pagamento da Mastercard.

Disponível em:

<https://www.mastercard.com.br/content/dam/public/mastercardcom/lac/br/home/visao/quem-somos/participantes-arranjo-mastercard/arranjos-pagamento-mastercard-janerio-2022-new.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2022.

NÚCLEA. Câmara Interbancária de Pagamentos. Lista de participantes

homologados pela Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP) atualizada até 10/01/2024. Disponível em:

<https://www2.nuclea.com.br/Monitoramento/Participantes%20Homologados.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2024.

REDECARD. Contrato de credenciamento e adesão de estabelecimentos ao sistema rede. Disponível em:

https://www.userede.com.br/content/dam/userede/website/documents/contrata%C3%A7%C3%A3o/credenciamento/20220927_Contrato_Credenciamento_REDE.pdf.

Acesso em: 19 fev. 2023.

VISA. **Regulamento dos arranjos de pagamento da Visa do Brasil**. Disponível em: <https://www.visa.com.br/content/dam/VCOM/regional/lac/brazil/media-kits/documents/regulamento-arranjos-de-pagamento-da-visa-do-brasil-2021.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2023.

Legislação e regulação infraconstitucional

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

BRASIL. **Decreto n. 2.681, de 7 de dezembro 1912**. Regula a responsabilidade civil das estradas de ferro.

BRASIL. **Decreto-lei n. 227, de 28 de fevereiro de 1967**. Dá nova redação ao Decreto-lei n. 1.985 (Código de Minas), de 29 de janeiro de 1940.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 4.657, de 4 de setembro de 1942**. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

BRASIL. **Lei n. 10.214, de 27 de março de 2001**. Dispõe sobre a atuação das câmaras e dos prestadores de serviços de compensação e de liquidação, no âmbito do sistema de pagamentos brasileiro, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil.

BRASIL. **Lei n. 12.529, de 30 de novembro de 2011**. Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei n. 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e a Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei n. 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei n. 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências.

BRASIL. **Lei n. 12.865, de 9 de outubro de 2013**. [...] dispõe sobre os arranjos de pagamento e as instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) [...].

BRASIL. **Lei n. 13.506, de 13 de novembro de 2017**. Dispõe sobre o processo administrativo sancionador na esfera de atuação do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários [...].

BRASIL. **Lei n. 6.453, de 17 de outubro de 1977**. Dispõe sobre a responsabilidade civil por danos nucleares e a responsabilidade criminal por atos relacionados com atividades nucleares e dá outras providências.

BRASIL. **Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei n. 7.565, de 19 de dezembro de 1986**. Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica.

BRASIL. **Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990.** Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

BRASIL. **Lei n. 9.609, de 19 de fevereiro de 1998.** Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no país, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.** Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

BRASIL. **Conselho Monetário Nacional.** Resolução CMN n. 4.282, de 4 de novembro 2013. Estabelece as diretrizes que devem ser observadas na regulamentação, na vigilância e na supervisão das instituições de pagamento e dos arranjos de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), de que trata a Lei n. 12.865, de 9 de outubro de 2013. Disponível em: https://normativos.bcb.gov.br/Lists/Normativos/Attachments/48841/Res_4282_v3_L.pdf. Acesso em: 28 fev. 2023.

BRASIL. **Conselho Monetário Nacional.** Resolução CMN n. 4.734, de 27 de junho de 2019. Disponível em: https://normativos.bcb.gov.br/Lists/Normativos/Attachments/50795/Res_4734_v6_L.pdf. Acesso em: 28 fev. 2023.

BRASIL. **Conselho Monetário Nacional.** Resolução CMN n. 4.952, de 30 de setembro de 2021. Dispõe sobre a atuação das câmaras e dos prestadores de serviços de compensação e de liquidação no âmbito do Sistema de Pagamentos Brasileiro. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CMN&numero=4952>. Acesso em: 28 fev. 2023.

BACEN. **Resolução BCB n. 1, de 12 de agosto de 2020.** Institui o arranjo de pagamentos Pix e aprova o seu Regulamento. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20BCB&numero=1>. Acesso em: 28 fev. 2023.

BACEN. **Resolução BCB n. 150, de 06 de outubro de 2021.** Consolida normas sobre os arranjos de pagamento, aprova o regulamento que disciplina a prestação de serviço de pagamento no âmbito dos arranjos de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), estabelece os critérios segundo os quais os arranjos de pagamento não integrarão o SPB e dá outras providências. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20BCB&numero=150>. Acesso em: 20 set. 2023.

BACEN. **Resolução BCB n. 246, de 26 de setembro de 2022**. Estabelece limites máximos para a tarifa de intercâmbio e veda o estabelecimento de prazos máximos diferentes para a disponibilização de recursos para o usuário final recebedor nos arranjos de pagamento domésticos, de compra, de contas de pagamento pré-pagas e de depósito e dá outras providências. Disponível em: https://normativos.bcb.gov.br/Lists/Normativos/Attachments/50795/Res_4734_v6_L.pdf. Acesso em: 28 fev. 2023.

BACEN. **Resolução BCB n. 264, de 25 de novembro de 2022**. Dispõe sobre o registro de recebíveis decorrentes de transações no âmbito de arranjo de pagamento baseado em conta pós-paga e de depósito à vista integrante do Sistema de Pagamentos Brasileiro. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20BCB&numero=264>. Acesso em: 20 set. 2023.

BACEN. **Resolução BCB n. 80, de 25 de março de 2021**. Disciplina a constituição e o funcionamento das instituições de pagamento, estabelece os parâmetros para ingressar com pedidos de autorização de funcionamento por parte dessas instituições e dispõe sobre a prestação de serviços de pagamento por outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20BCB&numero=80>. Acesso em: 20 set. 2023.

BACEN. **Resolução BCB n. 96, de 19 de maio de 2021**. Dispõe sobre a abertura, a manutenção e o encerramento de contas de pagamento. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20BCB&numero=96>. Acesso em: 18 jan. 2024.

Jurisprudência

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**, RE n. 828040, Rel. Min. Alexandre de Moraes, Tribunal Pleno, j. 12-03-2020.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**, RE n. 499432 AgR, Rel. Min. Alexandre de Moraes, Primeira Turma, j. 21-08-2017.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**, RE n. 841526, Rel. Min. Luiz Fux, Tribunal Pleno, j. 30-03-2016.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça**. Resp n. 71.578/RS, Rel. Min. Nilson Naves, Terceira Turma, j. 05-11-1996.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça**. AgInt no AREsp 93.042/PR, Rel. Min. Marco Buzzi, Quarta Turma, j. 17-08-2017.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça**. CC n. 92.519/SP, Rel. Min. Fernando Gonçalves, Segunda Seção, j. 16-2-2009.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça**. CC n. 41.056/SP, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, Rel. p/ acórdão Min. Nancy Andrighi, Segunda Seção, j. 23-6-2004.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça**. Resp n. 910.799/RS, Rel. Min. Sidnei Beneti, Terceira Turma, j. 24-8-2010.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça**. AgInt no REsp n. 1.805.350/DF, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, j. 14-10-2019.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça**. Resp n. 2.020.811/SP, Rel. Min. Nancy Andrighi, Terceira Turma, j. 29-11-2022.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça**. AgInt no AREsp 1.649.072/RJ, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, j. 10-8-2020, DJe 13-8-2020.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça**. AREsp n. 1.958.506, Min. Humberto Martins, DJe 18-11-2022.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça**. AREsp n. 2.052.709, Min. Moura Ribeiro, DJe 03-05-2022.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça**. AREsp n. 1.888.036, Min. Humberto Martins, DJe 06-08-2021.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça**. AgInt no Resp n. 1.765.794/PR, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, j. 26-10-2020.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça**. Resp n. 1.175.907/MG, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, j. 19-8-2014.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça**. Resp 348.343/SP, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, Terceira Turma, j. 14-2-2006.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça**. Resp n. 2.069.520/RS, Rel. Min. Nancy Andrighi, Terceira Turma, j. 13-6-2023.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça**. AREsp n. 2.417.977, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, DJe 28-08-2023.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça**. AREsp n. 2.182.403, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, DJe 03-10-2022.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça**. AREsp n. 2.082.942, Rel. Min. Humberto Martins, DJe 01-06-2022.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça**. Resp n. 1.374.284/MG, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, Segunda Seção, DJe 5-9-2014.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça**. AgRg no AREsp n. 111.657/SP, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 19-3-2012.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça**. EDcl no REsp n. 1.036.485/SC, Rel. Min. Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe 25-5-2009.

BRASIL. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**. Apelação Cível n. 1085533-32.2022.8.26.0100, Rel. Jacob Valente, 12ª Câmara de Direito Privado, j. 19-09-2023.

BRASIL. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**. Apelação Cível 1096078-69.2019.8.26.0100, Rel. Rodolfo Pellizari, 24ª Câmara de Direito Privado, j. 15-06-2022.

BRASIL. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**. Apelação Cível 1068511-29.2020.8.26.0100, Rel. Elói Estevão Trolly, 15ª Câmara de Direito Privado, j. 19-04-2022.

BRASIL. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**. Apelação Cível 1022496-79.2019.8.26.0506, Rel. Rodolfo Pellizari, 24ª Câmara de Direito Privado, j. 04-08-2022.

BRASIL. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**. Apelação Cível 1032740-19.2017.8.26.0577, Rel. Daniela Menegatti Milano, 19ª Câmara de Direito Privado, j. 11-02-2019.

BRASIL. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**. Apelação Cível 1000954-68.2013.8.26.0068, Rel. Flávio Cunha da Silva, 38ª Câmara de Direito Privado, j. 18-03-2015.

BRASIL. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**. Apelação Cível 0027038-70.2013.8.26.0506, Rel. Flávio Cunha da Silva, 38ª Câmara de Direito Privado, j. 06-05-2019.

BRASIL. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**. Apelação Cível 1000379-33.2022.8.26.0363, Rel. Lavínio Donizetti Paschoalão, 38ª Câmara de Direito Privado, j. 03-02-2023.

BRASIL. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**. Apelação Cível 1002131-86.2020.8.26.0047, Rel. Régis Rodrigues Bonvicino, 21ª Câmara de Direito Privado, j. 01-06-2021.

BRASIL. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**. Apelação Cível 1000810-94.2020.8.26.0506, Rel. Régis Rodrigues Bonvicino, 14ª Câmara de Direito Privado, j. 28-10-2020.

BRASIL. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**. Apelação Cível 1005382-20.2018.8.26.0068, Rel. Régis Rodrigues Bonvicino, Órgão Julgador: 21ª Câmara de Direito Privado, j. 27-03-2020.

BRASIL. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**. Apelação Cível 1002589-81.2021.8.26.0625, Rel. Nuncio Theophilo Neto, 19ª Câmara de Direito Privado, j. 27-06-2023.

BRASIL. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**. Apelação Cível 1122232-90.2020.8.26.0100, Rel. Emílio Migliano Neto, 11ª Câmara de Direito Privado, j. 25-09-2023.

BRASIL. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**. Apelação Cível 1085652-95.2019.8.26.0100, Rel. Salles Vieira, 24ª Câmara de Direito Privado, j. 05-05-2022.

BRASIL. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**. Apelação Cível 1000881-18.2021.8.26.0068, Rel. Cauduro Padin, 13ª Câmara de Direito Privado, j. 22-11-2021.

BRASIL. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**. Apelação n. 1008000-40.2015.8.26.0068, Rel. Melo Colombi, 14ª Câmara de Direito Privado, j. 19-09-2018.

BRASIL. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**. Apelação Cível 1002933-70.2021.8.26.0590; Rel. Tavares de Almeida, 23ª Câmara de Direito Privado, j. 06-04-2022.

BRASIL. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**. Apelação Cível 1000534-45.2021.8.26.0048, Rel. Tasso Duarte de Melo, 12ª Câmara de Direito Privado, j. 21-11-2022.

BRASIL. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**. Apelação n. 107681391.2013.8.26.0100, Rel. Itamar Gaino, 21ª Câmara de Direito Privado, j. 07-06-2018.

BRASIL. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**. Apelação Cível 1002647-98.2022.8.26.0318, Rel. Heraldo de Oliveira, 13ª Câmara de Direito Privado, j. 26-07-2023.

BRASIL. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**. Apelação Cível 1130546-54.2022.8.26.0100, Rel. Fábio Podestá, 21ª Câmara de Direito Privado, j. 12-09-2023.

BRASIL. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**. Apelação Cível 1002158-65.2023.8.26.0564, Rel. Elói Estevão Trolly, 15ª Câmara de Direito Privado, j. 16-11-2023.

BRASIL. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**. Apelação Cível 1010380-59.2021.8.26.0348, Rel. Ana de Lourdes Coutinho Silva da Fonseca, 13ª Câmara de Direito Privado, j. 23-09-2022.

BRASIL. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**. Apelação Cível 1015797-24.2022.8.26.0100, Rel. Mendes Pereira, 15ª Câmara de Direito Privado, j. 29-09-2023.

BRASIL. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**. Apelação Cível 1051368-90.2021.8.26.0100, Rel. Jonize Sacchi de Oliveira, 24ª Câmara de Direito Privado, j. 30-05-2023.

BRASIL. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**. Apelação Cível 1000533-48.2023.8.26.0094; Rel. Décio Rodrigues, 21ª Câmara de Direito Privado, j. 20-10-2023.

BRASIL. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**. Apelação Cível 1044285-66.2021.8.26.0506, Rel. Souza Lopes, 17ª Câmara de Direito Privado, j. 18-10-2023.

BRASIL. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**. Apelação Cível 1011607-81.2023.8.26.0100, Rel. Miguel Petroni Neto, 16ª Câmara de Direito Privado, j. 18-10-2023.

BRASIL. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**. Apelação Cível 1004400-29.2021.8.26.0576, Rel. Paulo Alcides, 21ª Câmara de Direito Privado, j. 14-08-2023

BRASIL. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**. Apelação Cível n. 1023323-42.2022.8.26.0100, Rel. Sá Duarte, 33ª Câmara de Direito Privado, j. 08-12-2022.

BRASIL. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**. Apelação Cível n. 1009305-16.2022.8.26.0100, Rel. Alfredo Attie, 27ª Câmara de Direito Privado, j. 18-12-2022.

BRASIL. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**. Apelação Cível 1036887-07.2022.8.26.0224, Rel. Hélio Nogueira, 22ª Câmara de Direito Privado, j. 29-09-2023.

BRASIL. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**. Apelação Cível 1022860-06.2022.8.26.0002, Rel. Mauro Conti Machado, 16ª Câmara de Direito Privado, j. 27-11-2023.

REFERÊNCIAS NORMATIVAS

(Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT)

ABNT NBR 10520: 2023 – Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação

ABNT NBR 6028: 2021 – Informação e documentação – Resumo, resenha e resenha – Apresentação

ABNT NBR 6023: 2018 – Informação e documentação – Referências – elaboração

ABNT NBR 6022:2018 – Informação e documentação – Artigo em publicação periódica técnica e/ou científica – Apresentação

ABNT NBR 6027: 2012 – Informação e documentação – Informação e documentação – Sumário – Apresentação

ABNT NBR 14724: 2011 – Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação

ABNT NBR 15287: 2011 – Informação e documentação – Projetos de pesquisa – Apresentação

ABNT NBR 6034: 2005 – Informação e documentação – Índice – Apresentação

ABNT NBR 12225: 2004 – Informação e documentação – Lombada – Apresentação

ABNT NBR 6024: 2003 – Informação e documentação – Numeração progressiva das seções de um documento escrito – Apresentação